

LÍNGUAS E LÍNGUAS: MAIS ESPECIFICIDADE DO NORDESTE INDÍGENA

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa¹

Resumo: A diversidade linguística brasileira é uma riqueza pouco conhecida e apreciada. A direção contrária à diversidade é o caminho mais trilhado pela sociedade. Esse posicionamento dificulta o processo de revitalização de língua, pois colabora para com a invisibilidade das muitas línguas presentes em território nacional. Para as línguas indígenas do Nordeste do Brasil, essa dificuldade é ainda maior, pois sua condição linguística é minimizada. Línguas indígenas e a situação delas no Nordeste Indígena são os temas deste trabalho.

Palavras-Chave: diversidade linguística, língua indígena, comunidades indígenas do Nordeste, revitalização de língua indígena.

LANGUAGES AND LANGUAGES: MORE SPECIFICITY OF THE NORTHEAST NATIVE BRAZIL

Abstract: Linguistic diversity is a Brazilian wealth little known and appreciated. The direction opposing diversity is the path most trodden by society. This positioning complicates the process of language revitalization, as it contributes to the invisibility of the many languages spoken in the country. For the indigenous languages of northeast Brazil this difficulty is even greater, because their linguistic condition is minimized. Autochthonous languages and their situation in the Indigenous Northeast of Brazil are the themes of this work.

Keywords: linguistic diversity, autochthonous languages, indigenous communities in the Northeast of Brazil, revitalization of indigenous languages.

CONJUNTURA PRÉVIA

A vida burguesa da supervalorização do trabalho, da má distribuição de renda, da violência contra as minorias, marca as relações modernas, ou seja, a sociedade mantém vínculos repressivos e de posicionamento do outro, isso sempre em prol da manutenção de um status. Assim, os movimentos sociais que tentam subverter elementos autoritários na sociedade enfrentam contra movimentos, impostos para conservar e legitimar determinados atos e sofrem reações violentas. A reação da elite conservadora e influente é expressa na falta de políticas claras de transformação social. Assim, quanto mais perturbadora da ordem vigente for uma

¹ Professor doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Endereço eletrônico: franciscovandof@gmail.com.

ação social, mais fortemente ela será combatida e engessada, chegando ao ponto de ser classificada como inimiga da sociedade, ente que o movimento pretende modificar, mudando relações.

Assim movimentos sociais que propõem incursões de enfrentamento às organizações centenárias da sociedade burguesa receberão das entidades de divulgação, no geral comandadas pela elite, posições na sociedade. Por exemplo, para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nomeado de MST, foi reservado o local de pessoas sem ocupação que querem as terras dos outros. Aos movimentos grevistas, local de pessoas que querem dificultar a vida dos outros trabalhadores. Essa facilidade em agrupar os movimentos, os enfraquece perante a sociedade, isso quando os liga à violência, por exemplo, mas, em outra direção, os fortalece por adentrarem nas mídias e terem voz. Assim, se tornam conhecidos, mesmo que com voz muitas vezes deturpada pelas mídias.

Estar presente no discurso midiático já é um ganho, pois — além de mobilizar o grupo que olha para a leitura de mundo como uma reprodução do que a mídia diz — atinge outro grupo que procurará mais informações, que desconfiará dos discursos previamente construídos e conclusivos. Essa reação de parte da sociedade é confirmadora do poder que as comunidades possuem. Suas lutas, em âmbito nacional e internacional, revelam que seu lugar, a alto custo, está sendo pleiteado.

O movimento indígena brasileiro representa uma minoria em processo constante de enfrentamento. As retomadas de terra, movimento fortemente organizado na busca pelas terras que lhes pertencem, alcançaram vitórias relevantes, ao mesmo tempo, contudo, muitas mortes de indígenas foram registradas. Esse movimento enfrenta organizações agrárias brasileiras, grupos com alcances nos espaços de decisão, isso no âmbito dos três poderes da organização da sociedade — Legislativo, Executivo e Judiciário. É, certamente, de uma luta desigual que se fala aqui. Tanto que, grupos como os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul estão em processo quase silencioso, para o grande público, de embate. A mídia mostra de forma frágil, sem a devida proporção, essa luta. Com isso, as mortes são cada vez mais frequentes. Vale expor o debate sobre mídia de Thompson (1998, p. 38), para ele:

se a mídia alterou a nossa compreensão do passado, criou também aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”: nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas.

Essa mediação significa poder, pois o foco é retirado da luta por direitos para centralizá-lo na desqualificação dos sujeitos que pretendem recuperar seus espaços. Logicamente, colocando-os como agitadores violentos, enquanto, na verdade, sofrem as violências do estado e de forças paralelas.

É nessa conjuntura desfavorável que vivem as comunidades indígenas brasileiras. Constatando, contudo, que esse quadro não é estático, foi construído durante séculos, onde as minorias conseguiram um reduzido espaço, mesmo com constante luta. O uso da força sempre foi desproporcional e na direção de desestabilizar e destruir comunidades que não se integrassem ao dito sistema homogêneo. O abandono da língua indígena, como meta, buscava aniquilar uma barreira natural e enfraquecedora para o estrangeiro. A fala desconhecida representava um poder de barganha, não que isso não fosse vencido: tanto que, muitas comunidades, ainda falantes de língua indígena, também estão em situação muito precária e em decorrência de ações não indígenas; mas porque, o desconhecimento do discurso do outro representa perda de espaços para novos discursos. E, claramente, havia a intensão de substituição do discurso nativo pelo discurso eurocêntrico.

Assim, a diversidade de cultura era vista como negativa e contrária aos interesses da sociedade que se tornaria envolvente. Sendo negada, com tentativas de apagamento.

A diversidade cultural pode ser enfocada tanto sob o ponto de vista das diferenças existentes entre as sociedades indígenas e não indígenas, quanto sob o ponto de vista das diferenças entre as muitas sociedades indígenas que vivem no Brasil. Mas está sempre relacionada ao contato entre realidades socioculturais diferentes e à necessidade de convívio entre elas, especialmente num país pluri-étnico, como é o caso do Brasil (FUNAI, 2008, p. 8).

Negar a diferença entre a sociedade envolvente e a indígena é um fator negativo e corrobora para com a discriminação. Por outro lado, definir que todos os ‘índios’ são iguais cria um polo que fortalece a ideia da dicotomia. A política integracionista direcionou-se para uma não diversidade. Contudo, a luta das comunidades impediu ou, ao menos, diminuiu esse alcance: já hoje, a própria legislação garante essa não homogeneidade. Por outro lado, a sociedade envolvente tem construído, por meio dos “Aparelhos Ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1985), uma identidade para os indígenas, ou seja, os brasileiros identificam ao menos duas culturas, uma indígena e outra não indígena. Essa definição é também, como a primeira, reducionista, pois agrupa as mais diversas comunidades em um perfil único. Perfil

identitário idealizado, não possível de ser atingido no presente. E se algumas comunidades das florestas chegam perto dele, a grande maioria está alijada dessa possibilidade.

Assim, foi criado um grupo de características que servem somente para descaracterizar. Isso mesmo! A repetição serve para mostrar como é premeditada a assunção de traços muito específicos, deixando fácil o caminho para a integração, e não para o respeito à diversidade. As comunidades indígenas do Nordeste do Brasil não possuem muitos desses traços idealizadores. Fato que, em muito, dificulta sua interação com os não-indígenas na busca de seus direitos.

Um traço bastante forte, que impele para o não reconhecimento da diversidade, refere-se à ‘perda’ da língua. Essa pouco debatida perda é fator relevante para tentativas de afastamento do grupo de suas lutas. Não se trata, então, de uma luta somente por suas expressões culturais, mas pelo direito de reconhecimento enquanto comunidade, fato encadeador de diversos direitos, os quais se quer retirar.

1 AS LÍNGUAS INDÍGENAS

As discussões atuais sobre a quantidade de línguas indígenas no Brasil, quando comparadas com a quantidade que Aryon Rodrigues (2005; 1993) propõe para a época da chegada dos portugueses, mostram o quanto o agente externo foi determinante na questão da destruição linguística. Se eram mais de 1000, já se fala hoje em menos de 180. O extermínio dos povos levou ao extermínio de grande parte da diversidade linguística. Ação destruidora que, atualmente sem extermínio do povo, continua a acontecer. As línguas indígenas brasileiras correm sério risco, em decorrência da pouca política de fortalecimento. Esse descaso contribui para aumentar a penetração da língua portuguesa nas comunidades indígenas.

Mesmo que 180 línguas diferentes da portuguesa coexistam em território nacional, é notório que os brasileiros não as conhecem. Esse grande número de línguas, faladas por pequena parte da população nacional, estão em comunidades com um número reduzido de falantes (FERREIRA DA COSTA, 2013; D’ANGELIS, 2014). Assim, há comunidades com dez mil ou mais falantes, um pequeno número na verdade, mas há um número bem maior de comunidades com menos de mil, e várias dessas com menos de cem falantes. Isso coloca essas comunidades no circuito de “línguas em extinção”. As escolas brasileiras ignoram essa diversi-

dade e alunos que concluem o ensino básico defendem a língua portuguesa como a grande marca da identidade brasileira: parece que a brasilidade não pode ser representada em outra língua. Já a língua indígena — existente para muitos da sociedade envolvente — é o Tupi, inclusive vista como a língua daquele grupo homogêneo de ‘índios’. Esse Tupi de três séculos atrás possui mais espaço na mídia que todas as línguas, ainda usadas para comunicação entre os indígenas. Esse fato é alarmante, pois contribui para a construção dessa identidade indígena idealizada pela elite estrangeira para as comunidades, sendo óbvio seu objetivo: apagar a realidade linguística atual.

A lei 11.645 prevê ensino de conteúdos, referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros. A questão linguística não pode estar fora do item cultura e mesmo dentro da parte histórica: a formação linguística do Brasil apresenta muitas contribuições das línguas indígenas, tanto das línguas do tronco Tupi quanto Macro-Gê e, certamente, com mais estudos, se concluiria que línguas de famílias — não pertencentes a esses dois troncos — também contribuíram para essa construção. Contudo, o currículo ainda não conseguiu se encontrar, apresenta pouco espaço para esse debate, colocando-o como um elemento de base transversal. Isso já representa um ganho, mas ainda muito reduzido: há espaço para esse debate na própria estrutura do conteúdo. Pena que, nem mesmo nos cursos de formação de professores na área de línguas, exista uma disciplina, nomeada de “língua indígena”, todavia mantém, ao menos, uma língua estrangeira. A ignorância do brasileiro sobre a diversidade linguística nasce na própria sociedade, e é fortalecida pela escola.

Essa falta de contato com a cultura brasileira e a falta de informação leva a situações esdrúxulas, muito recorrentes. Durante uma participação em um evento escolar, em uma escola de ensino fundamental na cidade de Porto Seguro, ficou muito claro o desconhecimento sobre as culturas indígenas brasileiras. O tema era alimentação brasileira e as influências africanas, indígenas e portuguesas. Antes das falas, havia algumas apresentações culturais, e a primeira na — parte indígena — foi de um grupo de crianças do primeiro ano. Quando entraram, estavam todas muito bem caracterizadas, ou seja, estavam quase indígenas idealizados, com pouca roupa, com peninha na cabeça e uma leve pintura no rosto. Além disso, fizeram uma roda e cantaram uma música de uma apresentadora de programa infantil, muito conhecida. A música fala de “brincar de índio”. Para finalizar, fizeram um barulho típico, mas não das etnias nacionais, e não sei se alguma etnia ainda o faz para os enfrentamentos guerreiros. Colocaram a

mão sobre a boca para emitir tal som. Foi uma apresentação muito ‘bonitinha’, mas com um cunho de desconhecimento nacional, alarmante. Levou-se a suspeita de que alguns docentes podem conhecer mais etnias, em tempo de Faroeste norte americano, que comunidades indígenas brasileiras. A apresentação foi muito aplaudida. Houve outras apresentações e, em algumas, alunos não indígenas mostraram que conhecem o povo Pataxó local, tanto que usaram a língua em processo de revitalização e os trajes locais típicos. Então, o desconhecimento não é total: há bons trabalhos pedagógicos, em andamento.

O desconhecimento da história, da política, das estruturas sociais de cada grupo (das línguas dos grupos que compõem a sociedade brasileira) é tanto por parte de professores quanto de alunos. Assim, fica sendo necessário um esforço conjunto para desmorrar a lacuna histórica que tem sido criada, inclusive desvinculando a “identidade linguística brasileira” desta sombra *monolíngue* que a quer devorar.

Esse desconhecimento das línguas indígenas não é igualmente seguido, quando o assunto é línguas europeias (FERREIRA DA COSTA, 2009). Então, não se trata de uma dificuldade linguística, mas uma questão política e de base ideológica, haja visto o número de “espaço” para outras línguas, que nossa sociedade permite. O não estudo de uma língua indígena para uso no dia a dia, isso pensando ao menos quando se é vizinho de uma comunidade com fala para comunicação, representa o pouco espaço social que as línguas indígenas possuem fora das comunidades. Esse pouco espaço se reflete na entrada da língua portuguesa nas comunidades: são necessidades para justificar a substituição da língua nativa pela língua da comunidade envolvente.

A prática da substituição de língua não acontece aleatoriamente. Quando os grupos percebem que — para conseguirem determinados serviços na sociedade branca — é necessário falar uma língua diferente da sua, começa-se a criar um pretexto para se aprender o português, fato que — por si só — não é negativo. Afinal de contas, aprender outra língua não é negativo e pode inclusive trazer acréscimos cognitivos, importantes. O problema é o grupo ser encorajado por meio de ações que comparam as duas línguas, posicionando a europeia como “superiora”. Essa prática de desqualificação é acompanhada por outra que supervaloriza a língua da comunidade envolvente, essas duas ações criam uma expectativa de que se basta uma língua, e essa deve ser a da maioria.

Para Crystal (2005, p. 62), quando uma comunidade de fala perde sua língua, o esforço para recuperá-la é muito maior, beira ao impossível. Essa constatação é bastante razoável, tendo em vista a quantidade de esforços que deverão ser movimentados. Com falantes da língua, que a usem como língua de comunicação, a revitalização poderá se concentrar no próprio grupo. O auxílio externo viria em forma de metodologia de aprendizagem, necessitando de menos pesquisa a materiais catalogados. Este material será uma fonte secundária, importante, mas não imprescindível. Diferente disso, quando a comunidade não possui mais usuários de língua própria (isso, para comunicação²), a pesquisa interna será possível, principalmente aproveitando a memória da comunidade. Contudo, a dependência de material catalogado será muito maior: principalmente, porque a quantidade de material de boa qualidade não é grande. Além disso, tende-se a procurar muito mais apoio externo, pois são necessários especialistas nas diversas áreas do estudo da língua: isso para poder trabalhar metodologia de ensino, voltada para uma segunda língua.

Há ainda um entrave na condição de segunda língua. Mesmo que essa venha com todas essas características que exigem um processo de ensino e aprendizagem. Seguindo os trâmites de uma língua que não é primeira para a comunidade, a posição do grupo em relação a ela é de “língua materna”. Neste caso, é necessário pensar nessa “metodologia de segunda língua”, mas com esse enfoque: de que a ligação afetiva do grupo para com esse aprendizado, ao menos para maioria dos indivíduos que o compõe, é de uma língua de “fortalecimento de identidade”. Motivo diferente do encontrado para se aprender uma segunda língua.

Assim, é necessário *apoio* para se aprender uma língua, isso em qualquer estágio que ela esteja, o que muda é a metodologia adequada para esse aprendizado. Quando se pensa em uma língua indígena, entretanto, não basta o *apoio*: é necessário um trabalho para mudança de paradigmas (isso em relação ao não-indígena).

O trabalho com a co-oficialização da língua Guarani, no município de Paranhos em Mato Grosso do Sul mostrou bem essa perspectiva da não necessidade de uma língua indígena. O município de Paranhos fica meridional do estado de Mato Grosso do Sul na fronteira do Bra-

² Essa forma de nomeação, para comunicação, é bastante incômoda ao se pensar os usos de uma língua natural. Entretanto, para as definições que aparecerão, principalmente na próxima seção, será necessário manter essa alternativa, isso considerando que o não uso da língua como comunicação é a principal justificativa para conclusão de que não existem línguas indígenas no Nordeste do Brasil, a não ser a língua *Yatê* da etnia *Fulni-ô*.

sil com o Paraguai. A cidade de *Ypêjhu*, no Paraguai, tem uma rua de distância de Paranhos. Trata-se de uma região com muitos casos de violência, contra indígena e não indígena. Constando do lado brasileiro da fronteira, são mais de quatro mil indígenas Guarani, em pesquisa na época (ano de 2009). Esse quantitativo representava aproximadamente cinquenta por cento dos habitantes do município. Todos eles falantes da língua Guarani como língua materna. Ainda do lado brasileiro, há muitos brasileiros — filhos de paraguaios — e cidadãos paraguaios, que são também usuários do idioma guarani. No país vizinho, o número de falantes dessa língua é grande, tendo em vista que usam muito mais o Guarani que o Castelhana. Assim, o município, com sua cidade, é um espaço não monolíngue. Tendo convívio direto com três línguas: o Português, o Guarani e o Espanhol.

Vale ressaltar que o português é oficial do lado brasileiro e falado com desenvoltura na cidade de *Ypêjhu*. Já, as línguas Guarani e Castelhana são faladas por todos, no lado paraguaio, tendo o Guarani uma posição de uso, no seio das famílias. Lá no Paraguai, são línguas oficiais: o Guarani e Castelhana. Voltando para o lado brasileiro, todos os indígenas têm o Guarani como língua materna e, quase a totalidade deles, falam bem o Castelhana, pois convivem com os Guaranis do Paraguai, os quais são bilíngues em Guarani e Castelhana. Ainda do lado brasileiro, a quantidade de não indígenas que falam o Guarani e o Castelhana é grande. Essa quase repetição é para mostrar que as três línguas possuem caráter de uso “difuso”. Os monolíngues são minoria.

Em um estudo sobre as Escolas de Fronteira, Ramirez e Fernandes (2012, p. 179) contribuem para explicar sobre a fronteira Brasil-Paraguai. As autoras mostram a realidade das escolas de Ponta Porã, também no Mato Grosso do Sul: lá não são alunos indígenas falantes do Guarani, mas alunos vindos do Paraguai, fato que se repete em Paranhos. Elas mostram que:

Nesse levantamento linguístico que foi feito pelos técnicos [da SED/MS, MEC e IPOL] podemos constatar que mais de noventa por cento dos alunos que estudam na Escola Estadual João Brembatti Calvoso que tem aproximadamente mil e oitocentos alunos, falam fluentemente o espanhol e o guarani e sessenta por cento dos alunos — que iniciam a vida escolar no 1º ano do Ensino Fundamental — têm como língua materna o guarani ou o espanhol e serão alfabetizados em uma língua que não conhecem, ou que tem pouco contato.

Em Paranhos, também há muitas crianças paraguaias não falantes do Português, estudando nas escolas municipais e estaduais. Esse número acresce mais falantes à língua Guarani.

Em um contexto dessa natureza, parecia muito simples aprovar a co-oficialização da língua Guarani no município sul mato-grossense. Mera suposição. A proposta ganhou força em 2009, vinda dos indígenas. Conversou-se com vereadores e partiu de um deles a proposta de lei. Contudo, teve um fato inusitado, os professores do município fizeram uma carta de repúdio ao projeto, nela mostravam que se houvesse a co-oficialização teriam de aprender o Guarani. Colocavam essa ação como negativa e obsoleta, a qual somente aumentaria as já grandes dificuldades do grupo. Essa carta de repúdio acabou não sendo usada, pois o movimento indígena se fortaleceu na câmara de vereadores e os contrários ao projeto preferiram não se posicionar. Desta forma, essa carta ficou nos bastidores.

Não restou alternativa, ficou transparente a necessidade de conversar com professores. Eles demonstraram não conhecer o que significava co-oficializar uma língua, pois não havia nenhum debate sobre as outras línguas presentes no município. Mesmo trabalhando em uma escola urbana com mais de cinquenta por cento de alunos indígenas, assinaram um documento que não conheciam o teor, pois confirmaram que havia a necessidade prática de desenvolver algum trabalho na direção de melhorar o ensino para uma comunidade que chegava ao sexto ano na escola quase que falando exclusivamente uma língua diferente da portuguesa. Lá encontravam professores que somente ministravam aulas em Português, mesmo havendo, entre tais profissionais, alguns falantes do Guarani.

Os profissionais de educação básica, mesmo vivendo o descontentamento de um ensino monolíngue em uma escola bilíngue, viram na co-oficialização uma dificuldade. Mesmo que a prática brasileira seja a de enviar mais trabalho ao professor, sem propor formação adequada para esse profissional, a realidade daquela escola não permitia a não discussão da condição bilíngue do município. A escola era bilíngue e bastava andar pelos seus corredores para perceber isso. A fala ouvida era mais em Guarani que em Português, mas ao adentrar na sala dos professores, essa prática mudava, lá o Português ditava as normas. Ou seja, o Guarani era maioria na prática, mas era minoria na tomada de decisões. Fato que o impingia a alcunha de língua a ser esquecida, a ser usada somente na aldeia, na cidade ela deveria ceder espaço ao Português, ao menos nos espaços institucionais.

A lei municipal, em tese, extingiria essa barreira das instituições. Os centros de decisão teriam a tarefa de modificar suas práticas, reconhecendo uma realidade própria. Aquele município não é monolíngue. E ignorar a importância de aprender outras línguas é inclusive uma

atitude antiquada, ultrapassada, retrógrada. Quando essa realidade foi mostrada aos professores, estes se posicionaram de maneira mais crítica, dificultando o uso de sua carta de repúdio, apesar de que não é possível afirmar que esse tenha sido o fator principal, até porque não apareceu na plenária da câmara de vereadores esse repúdio.

A falta de força desse documento contrário à co-oficialização não o torna transparente. Sua necessidade não é advinda somente da ‘falta de conhecimento’ dos profissionais de educação. Ele emerge um posicionamento que é prévio quando se discute língua no Brasil: as línguas indígenas não merecem espaço fora das aldeias. Logicamente, mesmo sendo uma língua interna às comunidades, não perde sua importância para a diversidade brasileira, para o respeito com o diferente e específico, visto que essas características não pertencem somente às línguas indígenas. Por outro lado, contudo, em um município com tantos falantes de uma língua diferente da oficial, suas instituições não podem tender ao monolinguísmo, pois não conseguirá atender seu público, não será competente em sua função. Assim, precisa ser esperado que em Paranhos o trabalho seja pelo bilinguismo assumido e compartilhado por todos.

Esse município não aprovou a lei. Foi aprovada na câmara de vereadores e vetada pelo prefeito. Na volta à câmara não obteve a quantidade de votos necessários para derrubar o veto.

Já nacionalmente, parece pouco prudente e até reducionista pensar em uma língua co-oficial nacional. Ao escolher qualquer uma das línguas para co-oficializar, haverá outras sendo esquecidas. Tal ação mostra a imprudência da Constituição Federal de 1988 ao outorgar a somente uma língua a condição de oficial no Brasil. Pode-se também adotar o extremamente contrário, ou seja, tornar todas as quase cento e oitenta línguas indígenas co-oficiais, não se pode, porém, acreditar que isso pudesse mudar a prática, mas certamente tiraria esse debate da penumbra que vive: ignorado pela sociedade e com pouco espaço acadêmico e menos ainda político. Nesse caso, a lei 11.645 teria de ser melhor utilizada para que desse conta de mostrar como esse é um assunto relevante e fortalecedor da comunidade.

A forma utilizada no Brasil para co-oficialização tem sido a municipalizada e minimamente representa uma tentativa de mudar modelos, de se criar um espaço real para as discussões, neste caso é válido lembrar Câmara Jr. (1979, p. 112):

É verdade que, paralelamente a esse desenvolvimento da tupinologia, houve um estudo direto, muito mais concreto, das línguas indígenas em seu *habitat*, conduzindo principalmente por pesquisadores etnográficos.

Essa mudança na direção de que é possível estudar a língua Tupi do século XVI, mas que ela não é mais importante que outras línguas indígenas nem pode ocupar o maior espaço no estudo das línguas indígenas é um compromisso que os estudos etnográficos assumiram. Hoje se alargaram os estudos para catalogação das línguas indígenas, também inúmeros processos de revitalização de língua estão em andamento. Mesmo que a língua Tupi, a clássica, ainda mantenha na sociedade brasileira um vulto grande, o que a torna a mais conhecida, outras línguas estão ocupando seu espaço nas planilhas e anotações de campo de muitos pesquisadores. Também o número de pesquisadores tem se tornado muito significativo. A Linguística não está apta somente a anotar uma língua, mas propor processos significativos de revitalização, de fortalecimento de uma língua.

Esses estudos de revitalização criaram a necessidade de expor o conceito de Política e Planejamento linguístico. Segundo Calvet (2007, p. 12), o termo ‘planejamento linguístico’ apareceu em 1959 em um trabalho de Einar Haugen sobre os problemas linguísticos na Noruega. Já era uma tentativa do autor de mostrar a intervenção do Estado na língua. Calvet mostra ainda que há uma hierarquia entre os conceitos de Política e de Planejamento. A política seria maior e o planejamento realizado a partir de uma proposta de política.

A intervenção do estado brasileiro nas línguas indígenas foi, durante alguns séculos, muito negativa. As forças coercitivas eram desfavoráveis às comunidades, tendo o aprendizado da língua adquirido um viés de esquecimento da língua materna em prol da língua portuguesa. Essa política linguística de enfraquecimento das línguas brasileiras tem seu auge com o já bastante discutido diretório do Marques de Pombal. Naquele momento, o Estado assume sem restrição a posição de colocar a língua portuguesa como a oficial do Brasil. Essa ação conseguiu um fato muito peculiar, a língua portuguesa no Brasil é compreendida e usada como comunicação em todos os estados da federação. Entretanto, o custo disso foi o esquecimento da existência de outras línguas nacionais por parte da maior parte da população nacional.

Essa política tornou-se efetiva por meio dos violentos ataques aos direitos dos povos indígenas para usarem suas línguas. Populações inteiras foram forçadas a adotar o idioma português, caso contrário, estariam se excluindo da condição da brasilidade. Outra fala de Calvet (2007, p. 62) é muito esclarecedora sobre o papel que as línguas vêm recebendo. “De fato se todas as línguas são iguais aos olhos dos linguistas, essa igualdade se situa num nível de prin-

cípios, isto é, num nível extremamente abstrato”. Se para os estudiosos de línguas, esses objetos de estudo não recebem igualitário espaço, para os leigos, algumas línguas merecem o esquecimento, o apagamento em prol das línguas mais conhecidas, as quais são diretamente proporcional ao poderio econômico do país falante.

Política linguística não se restringe a movimentos vindos do Estado. As políticas locais, das comunidades e até individuais podem proporcionar mudanças significativas para as línguas. Os projetos que resultam em adoção de uma ortografia para uma língua até então com nenhuma ou pouco escrita representam certamente uma política. Mesmo considerando que a escrita única não precisa ser o ideal, isso considerando que há envolvimento de identidade na construção dessa escrita (D’ANGELIS, 2005, p. 33), a prática dos grupos de pensarem sobre como organizar uma maneira de escrever sua língua indica movimentos na sociedade para a escolha de uma alternativa de grafia, isso leva a ignorar outras formas possíveis, ou seja, há certamente um movimento político.

Então, seja na procura de uma grafia, na tentativa de construção de uma metodologia de ensino, nas propostas de revitalização linguística ou na proposta de co-oficialização de línguas, todas essas ações conservam em seu interior a real vontade dos grupos de lutarem pelos seus direitos, inclusive o direito de propor alternativas para sua situação linguística. São mudanças que partem das comunidades, no caso deste debate das comunidades indígenas, para alcançar os estudiosos e a sociedade envolvente. E são intervenções na língua, mostrando como a comunidade pretende impor também uma direção para um traço extremamente marcado: o linguístico.

2 LÍNGUAS INDÍGENAS E NORDESTE BRASILEIRO

O título dessa seção sugere uma relação muito direta entre a condição atual das línguas indígenas e sua posição no mapa da colonização portuguesa. O contato com o colonizador influenciou sobremaneira a condição das línguas indígenas no Brasil, o fato já mencionado da política da integração tinha na língua indígena uma barreira, assim abonar a língua nativa contribuía imensamente para a adoção da língua da nação colonizadora. Com isso, as etnias do Nordeste, contam as suas várias histórias na direção da extinção de uma língua de comunicação.

Pacheco de Oliveira (2011, p. 681) mostra três situações que valem tanto para se falar da condição de existência das comunidades indígenas do Nordeste, quanto para explicitar e justificar a importância de olhar os elementos linguísticos presentes nas comunidades destas regiões. Esse autor afirma que as populações da citada região jamais foram efetivamente extintas, apresenta dados estatísticos que justificam a impossibilidade da extinção e mostra que mudanças nos critérios para levantamento de dados contribuíram para essa situação de invisibilidade das etnias. Mostra que a interpretação de dados depende dos fins a serem atingidos e uma política nacional contrária à permanência de indígenas na região prevaleceu, afastando, inclusive, os estudos dos etnólogos. Essas assertivas também são, por outras justificativas, apoiadas por Secundino (2011). Ao apresentar dois estudiosos que mantiveram publicações sobre os povos indígenas do Nordeste na primeira metade do século XX, ele confirma que não se pode mencionar a não existência desses grupos, os quais sempre mantiveram características próprias.

Outro autor que mostra como a situação do Nordeste é muito específica e forte durante todo o século XX é Arruti (2006). Ele descreve a movimentação das etnias, as quais durante todo o século XX lutaram contra uma posição desfavorável perante a comunidade envolvente, confirmando que não perderam seus laços, mas ainda assim, não eram reconhecidos, ficando a margem da luta pelos seus direitos. O reconhecimento oficial é o resultado de uma luta pela não aceitação desse espaço pejorativo que foi delimitado para um grupo.

Da mesma forma que as etnias não foram exterminadas, seus elementos culturais se mantiveram, a língua não foi então morta como preconiza vários estudiosos, pois mesmo esses, enquanto afirmam a presença do Português como a língua para comunicação, são obrigados a reconhecer a presença marcante da língua indígena. Um remanescente que, da mesma forma que a etnia, manteve-se, fortalecendo os traços identitários dos grupos e se confirmando enquanto língua de comunidades que sequer eram reconhecidas. O reconhecimento da existência das comunidades resulta no reconhecimento dos traços culturais vivos, inclusive o linguístico.

Para falar de língua nesta região, há quase que um consenso: retirando a língua das etnias do Maranhão, somente há uma língua indígena sendo usada com funcionalidade por uma comunidade falante. O yatê é a língua que se mantém, falada no sertão pelos Fulni-ô. As demais comunidades não possuem língua. Essa constatação não é mero acaso, mas surge na fala

das pessoas como se assim fosse. No imaginário nacional não falar a língua é sinônimo, não perfeito, de perda do espaço reservado, pelo ideal brasileiro, para os povos indígenas. Assim, acompanhado de outras características típicas, a língua é fator determinante para um grupo ser reconhecido, isso logicamente na prática de uma sociedade que não quer reconhecer os direitos das sociedades autóctones.

Em uma fala de Pedro Agostinho essa constatação é reafirmada, mas já com certo grau de relativização:

De Olivença sabemos que os indígenas estariam totalmente assimilados, que seu número seria de alguns milhares (KIETZMAN, 1967, p. 50), e ainda que teriam perdido a identificação étnica, embora sem ignorarem sua ascendência. Já nos Postos Paraguaçu e Caramuru a identidade étnica persiste, apesar da desorganização que sofreram e três grupos que ali habitavam, proletarizando ou lançando à prostituição a maioria dos indivíduos recenseados em 1976 (PARAÍSO, 1976). Desapareceram quaisquer vestígios aparentes das culturas e da maioria das línguas nativas, e restando apenas uma única falante, muito velha e senil, do Pataxó Hãhãhã, mas os índios continuam discriminados enquanto tal. Em Barra Velha acha-se o maior contingente indígena do sul do Estado, que, com 666 indivíduos em 1977, continua a funcionar integralmente, tendo adotado a língua e as formas de organização da sociedade envolvente, sem com isso perder sua identidade contrastiva: manteve, no entanto, alguns elementos linguísticos e culturais, de que se vale em parte para afirmar aquela identidade (1978, p. 23).

A língua é uma característica, mesmo que parecendo minimizada, não é deixada a deriva nessa constatação da segunda metade do século vinte. As características ligadas à língua, nas duas etnias que parecem ter sido olhadas mais de perto, confirmam a existência de elementos linguísticos, isso com uma falante Hãhãhãe e com elementos de identidade entre os Pataxó. Um olhar mais cuidadoso também mostraria essa realidade entre os Tupinambá. A língua indígena para esses povos nunca deixou de constituir-los, tanto que não é possível falar apenas em abandono da língua, ela sempre encontra um espaço na fala dos estudiosos. Há uma confirmação da ligação desses povos com outros espaços de sua comunidade, um objetivo geral de manter traços que são vislumbrados como essenciais para manutenção do grupo. A língua não estaria morta, mas em um estágio de apagamento que ainda pode ser reavivada. O trabalho com a revitalização mostrará quais são as possibilidades de cada língua.

A condição do indígena no Nordeste, que também é muito presente em estados como Minas Gerais e Espírito Santo, de estar há séculos em contato com os não-indígenas, mostra um grupo muito diferente do índio típico (VIDAL, 2000, p. 196). Para esse grupo todo esse contato resultou em muita perda de espaço e muita pressão para o abandono de traços culturais, dentre esses, o linguístico.

Não é somente a perda da língua que retira os indígenas do Nordeste da lista dos típicos índios, também vivem muito próximos às cidades, mantêm empregos públicos, usam roupas compradas nas lojas e muitos recebem salários ou vendem seus produtos nos mercados urbanos. A convivência com a comunidade envolvente faz parte do cotidiano desses grupos. Não satisfazem as exigências da sociedade brasileira e também não aparecem como prioridade dos estudiosos, principalmente de linguistas. “Para o linguista não-índio, esse esforço de *recriação* da língua não atinge os seus paradigmas de pesquisa, nem implica em reconsideração das suas referências teóricas” (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007, p. 58). Como as autoras constataam, as pesquisas em língua indígena ainda retratam a situação linguística das citadas etnias de uma maneira muito limitada, até com preconceito acadêmico. Fazem constatações não científicas, já que não há estudos suficientes que garantam a impossibilidade dos grupos recuperarem sua língua. Não há reconhecimento sequer da necessidade de se explicitar as especificidades de cada etnia, isso tanto para falar na impossibilidade da revitalização quanto para indicar uma direção da não existência de língua. O que se tem claro é a não obediência das línguas dessa região em relação ao paradigma ocidentalizado de língua, em decorrência disso, processos ricos que envolvem língua são ignorados por muitos especialistas em linguagem.

Logicamente, há outra vertente da pesquisa linguística que muito se concentra em diminuir o espaço da pouca pesquisa linguística acontecida nestas comunidades, isso ao tentar determinar que um conhecimento linguístico é pouco relevante para o processo de revitalização. O conhecimento de elementos gramaticais tais como a fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e estruturação textual não podem contribuir ou são coadjuvantes nos processos de revitalização linguística. Brand (2002, p. 35) mostra que não basta entregar aos indígenas problemas que não foram por eles criados.

A complexidade dos problemas e as profundas transformações que atingem as comunidades indígenas não permitem mais a afirmação simplista de que o fundamental é deixar que os próprios índios encontrem soluções para seus problemas (criados pelos brancos). [...] ... saber encontrar sozinho soluções para a parafernália de problemas resultantes fundamentalmente das graves perdas territoriais.

A perda da língua, a qual era usada na comunicação, não foi uma problemática das comunidades. A atuação dos ‘brancos’ foi preponderante para criar essa lacuna, então é necessário pensar no apoio às comunidades. Ignorar que o saber científico é necessário no processo de volta da língua indígena demonstra a ignorância do fator histórico que constitui essa perda. Há várias formas da comunidade envolvente apoiar o movimento indígena de recuperação de

sua língua, inclusive com verba para projetos organizados. Contudo, como diz Marina Silva (2002, p. 26) “as coisas são muito difíceis, porque alguns setores estão muito articulados em torno da ideia de nos combater”. O ‘nos’ para Marina Silva é o trabalhador que enfrenta as elites agrárias brasileiras, neste caso ela se inclui.

Monserrat (2000, p. 104) afirma que uma língua para tornar-se escrita, precisa não somente de uma análise fonológica para adoção de ortografia, mas precisa de “estudos morfológicos, sintáticos, semânticos, e ainda a normalização e normatização das línguas e dialetos de um mesmo grupo, bem como a atualização léxico-semântico dos sistemas lexicais envolvidos”. Deve-se acrescentar o estudo de texto e de discurso nesta lista, além de alargar também para a fala. Voltar a falar a língua indígena, com isso, aumentando o número de falantes, falantes como usuário da língua no dia a dia, é uma tarefa política e científica, pois envolve muita pesquisa.

A situação atual das línguas indígenas do Nordeste, na maioria das comunidades, só pode ser encarada a partir de um dinâmico processo. Ou seja, além de se encontrar inúmeras realidades, marcando diferenças entre as diversas posições que as diferentes etnias ocupam, cada uma dessas etnias também possuem diferentes graus de envolvimento interno, com parte de sua comunidade mais presente e outra sem envolvimento. Então, não se pode tentar colocar em um balaio todas as etnias, como se elas coubessem no mesmo espaço e apresentassem uniformidade para com seus processos. Essa empreitada, para a revitalização, expôs a condição de cada etnia, pois não se pode partir de ponto coletivo, interétnico, mas só se pode iniciar a partir das condições prévias demonstradas por cada etnia e, às vezes, por grupos internos às etnias.

A revitalização linguística carece do envolvimento direto do falante e pode obter mais sucesso sendo iniciado, isso sua prática, em grupos menores. É perceptível o quanto é dificultoso, na prática, envolver comunidades com mil falantes, por exemplo, em um processo trabalhoso como o da revitalização.

Assim, cada etnia, terá pela frente um levantamento próprio e, quase sempre, indicando compartimentação para empreender a expansão da língua indígena. Nesta mesma direção, os resultados esperados não podem ser equânimes para as diversas etnias. Isso porque o tempo exigido será proporcional à situação linguística de cada grupo, ao envolvimento dos falantes, à verba e apoio institucional, além das condições de posse de terra, as quais o grupo se encon-

tra. A luta pela terra é sempre uma questão prioritária e as etnias precisam dedicar muito tempo para essa batalha, ficando outras atividades com menos tempo.

Assim, não há uma única e prioritária metodologia para revitalização linguística, nem para um país, mesmo que muito menor que o Brasil, nem para uma etnia, a não ser que ela seja muito pequena, convivendo no mesmo espaço. Essa constatação acaba por fortalecer a assertiva de que a comunidade indígena precisa ser a protagonista, definindo os caminhos para a revitalização, os outros agentes são coadjuvantes, mas não dispensáveis neste momento. Trata-se de um empreendimento do pequeno grupo, que terá um alcance grande, caso esse processo esteja de acordo com o que prevê toda a etnia.

Meader (1978) ao realizar um levantamento sobre “os remanescentes tribais do Nordeste” tem uma contribuição muito significativa ao mostrar que as diferentes situações apresentadas carecem de estudos individualizados. Ele mostra que as diversas etnias apresentam possibilidades de empréstimos linguísticos adotados de outras etnias, sendo que tais empréstimos são apresentados como parte de sua própria língua. Esse fato é marcante por mostrar que lidar com uma língua indígena, ou com uma realidade por vez, não quer dizer isolar um estudo, fazê-lo sem contato com outros estudos.

Esse autor traz outra contribuição relevante, apresentando que há graus variados de número de palavras ou catalogação linguística documentada. Cada etnia está construindo sua pesquisa e montando um quadro que direciona para o fortalecimento linguístico, inclusive definindo o que se quer desse amplo e ainda sonolento³ processo de revitalização no Brasil.

Contudo a maior contribuição de Meader (1978, p. 8) está no trecho: “verificamos que nenhum destes grupos indígenas utiliza sua própria língua como meio de comunicação. Muito poucos índios puderam lembrar algumas palavras”. É importante marcar essa diferenciação de língua como meio de comunicação. Essa forma de se referir às línguas, hoje já bastante refutado, traz uma contribuição para a discussão de revitalização, pois ele acrescenta ao mostrar que a língua indígena existe nas etnias dessa região, somente não é usada como meio de comunicação. Há outros usos em circulação no grupo, fato que é verdadeiro, pois essas palavras coletadas apresentam real valor para o grupo, com uso. Não são meramente palavras isoladas.

³ Sonolento, pois mesmo que já ativamente acontecendo ainda não está fortalecido como deve ser.

Não se diz que uma discussão desse nível deva ser levada à revelia do grupo como um todo (isso por uma parte do grupo), mas que a metodologia para se atingir todo o grupo pode ser colocada em prática, após ampla discussão com o todo, por um grupo menor, para, em seguida, poder pensar no grupo todo. São etapas que podem indicar uma metodologia válida para a revitalização.

Alguns atos internos e de iniciativa das sociedades indígenas já impulsionam o processo de revitalização: os casamentos usando a língua indígena, os livros para material didático usados no ensino das línguas, os cursos com consultores, os encontros de professores das línguas indígenas. Essas são algumas ações, dentre várias outras, que mostram mais que a existência das línguas, visto que essa necessidade de defender a existência das línguas não pode mais ser o foco das discussões, mostram como as comunidades estão construindo os espaços para a ressignificação da língua indígena, dando a ela mais que um espaço de fortalecimento da identidade, mas encaminhando para um segundo degrau, o da língua para uso cotidiano.

Nessa empreitada, um elemento é muito interessante. As traduções para as línguas indígenas representaram, durante séculos, tentativas de conversão ao cristianismo, e claro continuam tendo esse viés. Um direcionamento perigoso. Músicas em igrejas nas línguas indígenas não representavam fortalecimento para o grupo, mas uma busca pelo convencimento e pela tentativa de se chegar pela língua indígena, mas já objetivando sua substituição. Essa prática foi norteadora de políticas missionárias durante séculos. Hoje ela se mantém, contudo na revitalização das línguas do Nordeste surgem diversas músicas religiosas cantadas em língua indígena. Mesmo que isso claramente seja uma tentativa de chegar o cristianismo mais perto ainda das comunidades indígenas, inclusive com disputas entre as denominações religiosas, para a revitalização é um ponto forte, pois também mostra a língua.

Não se deve afirmar que dos males os menores, não se trata disso, mas de uma confirmação de que as igrejas estão cedendo espaço para uma língua que precisa de espaço. Mesmo que muitas das traduções ainda sejam literais, do Português para a língua que está sendo revitalizada, essa prática visibiliza a língua da comunidade e a torna mais funcional. Também envolve outros segmentos da sociedade, deixando a escola com menos encargos nesse processo. Até porque a escola não está dando conta do que se propõe enquanto agência dessa revitalização. Está trazendo o ensino da língua indígena para os vícios que não contribuem com o objetivo que as comunidades têm apresentado.

CONCLUSÃO

As línguas indígenas brasileiras, em comum acordo com as mudanças que a sociedade brasileira vem sofrendo e provocando, estão exigindo novos espaços. Os grupos são agentes e receptores das mais diversas mudanças que tem acontecido nas mais diversas áreas. Novas políticas são decisivas para o quadro que se mostra com virilidade. Não é possível ignorar o quadro linguístico brasileiro, a variedade existe, inclusive em relação aos processos de cada língua. E essa dinamicidade contribui para com a riqueza imaterial brasileira.

Assim, se as línguas que existem na região Nordeste não podem ser encaixadas nas mesmas funcionalidades de outras línguas, também não podem ser descartadas. É importante criar um espaço de estudos para florescer essa conjuntura, a qual não deixará de se mostrar em decorrência da falta de credulidade do mundo acadêmico ou de políticas públicas inadequadas. Por outro lado, com apoio governamental e acadêmico, a revitalização, que já está a postos, poderá obter sucesso ou descartar a possibilidade de retorno a uma língua. Isso em decorrência da quantidade de prerrogativas envolvidas em tal processo. O que já é possível afirmar é que ainda é muito cedo para concluir esse debate.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Pedro. Bases para o estabelecimento da reserva Pataxó. Comunicação lida no Seminário *A pesquisa Etnológica no Brasil*. Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 21-23 de junho de 1978.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Trad. Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses Indígenas. In: *Povos Indígenas no Brasil, 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- BRAND, Antonio. Mudanças e continuísmos na política indigenista pós-1988. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. *Estado e povos indígenas*: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CESAR, América L.; CAVALCANTI, Marilda C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In. CAVALCANTI, Marilda; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CRYSTAL, David. *A revolução da linguagem*. Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

D'ANGELIS, Wilmar. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In. BOMFIM, Anari Braz; FERREIRA DA COSTA, Francisco Vanderlei. *Revitalização de Língua Indígena e Educação Escolar Indígena Inclusiva*. Salvador: EGBA, 2014.

_____. Unificação X diversificação ortográfica: um dilema indígena ou de linguistas? In. RODRIGUES, Aryon Dall'igna; CABRAL, Ana suelly Arruda. *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

FERREIRA DA COSTA, Francisco Vanderlei. *Revitalização e ensino de língua indígena: interação entre sociedade e gramática*. 300p. Tese de doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2013.

_____. "Professor, por que você fala ok?". *Língua e instrumentos linguísticos*. Campinas, v. 22, edição 22, 2009. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao22/edicao22.html>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FUNAI, Informações sobre os índios e sobre a questão indígena no Brasil. Brasília, 2008.

MEADER, Robert E. Índios do Nordeste: levantamento sobre os remanescentes tribais do nordeste brasileiro. Trad. Yonne Leite. *Série Linguística*, n. 8, Brasília, 1978.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas Indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. (Org.). *Índios no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC, 2000.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In. PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

RAMIREZ, Amélia Sanguina; FERNANDES, Eliana Aparecida Araújo. Proyecto Escuela de Frontera Brembatti Calvoso/Brasil y Escuela nº 290 Defensores Del Chaco/Paraguay. In. PEREIRA, Maria Ceres. *Bilingüismo, Discurso & Política Linguística*. Cuiabá: Editora De Liz; Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun. 2005.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A. São Paulo. 9.1: 83-103, 1993.

SECUNDINO, Marcondes. *Índios do Nordeste: alguns apontamentos sobre a formação de um domínio da antropologia*. In. PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). *A presença indígena no Nordeste*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

SILVA, Marina. Povos indígenas e Estado. A experiência do Acre. In. LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. *Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

VIDAL, Lux Boelitz. As terras indígenas no Brasil. In. GRUPIONE, Luís Donizete Benzi. *Índios do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global; Brasília: Mec, 2000.

THOMPSON, Jonh B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

Recebido em: 19 de outubro de 2014.

Aceito em: 20 de novembro de 2014.

